



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 3, v. 1 mai.-out. 2015

p. 85-103.

A sujeição performativamente engendrada: atravessamentos entre os estudos de Judith Butler e os modos de subjetivação em Michel Foucault

Laila Maria Domith Vicente¹

RESUMO: O presente artigo pretende fazer uma aproximação teórica entre os estudos dos processos de subjetivação, em especial, os últimos estudos de Michel Foucault, que se propõem a analisar a *sujeição* – uma forma de poder que faz os seres humanos sujeitos: sujeitos a alguém e/ou sujeitos a sua própria identidade – com os estudos de Judith Butler, inicialmente nos questionando ao lado dela, como é possível a constituição do sujeito no mesmo processo de sua subjugação, ou, ainda, como um vínculo apaixonado por aquilo que o subjuga. Para que, assim, possamos finalmente abordar a produção das identidades sexuais como performatividades de gênero.

PALAVRAS-CHAVES: Performatividades de Gênero, Processos de Subjetivação, Interdependência e Poder.

Resumén: El presente artículo pretende hacer una aproximación teórica entre los estudios de los procesos de subjetivación, en especial, los últimos estudios de Michel Foucault, que se proponen a analizar la *sujección* – una forma de poder que hace los seres humanos sujetos: sujetos a alguien y/o sujetos a su propia identidad – con los estudios de Judith Butler, inicialmente cuestionando al lado de ella, como es posible la constitución del sujeto a la vez de su subyugación, o, aun, como un vínculo enamorado por aquello que lo subyuga. Para que, así, posamos finalmente abordar la producción de la identidad sexual como performatividad de género.

Palabras clave: Performatividad de Género, Procesos de Subjetivación, Interdependencia, Poder.

Abstract: This article aims to make a theoretical approach of the study of subjective processes, in particular, the latest studies of Michel Foucault, who propose to examine the subject - a form of power that makes the subjects humans : subject to someone and / or subject to their own identity – with the studies of Judith Butler initially questioning with her, how is possible the constitution of the subject in the same process of his subjugation, or even as a passionate bond for what overwhelms. So, we can finally approach the production of sexual identity as a gender performativities.

Keywords: Gender Performativities, Processes of Subjectivity, Interdependency, Power.

¹Doutoranda em Psicologia (UFF), mestre em Psicologia e master em andamento pela UAB - Universitat Autònoma de Barcelona.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a.

Michel Foucault (1995, p. 235) (grifo nosso)

Michel Foucault (1995), em seus últimos escritos, no texto *O sujeito e o poder*, afirmou que as suas pesquisas sempre se voltaram para construir diferentes histórias de como os seres humanos são objetivados enquanto sujeitos. Nesse sentido, nos fala da importância dos aspectos subjetivos na política contemporânea. Conta-nos que se ateu primeiramente ao âmbito que se diz científico e em como se objetiva – transforma em objeto de estudo – os sujeitos falantes na filologia ou linguística, ou os sujeitos do trabalho na economia ou na sociologia, ou ainda o simples fato de estar vivo na biologia. Em momento posterior, pensou a objetivação do sujeito nas denominadas “práticas divisórias”, práticas de normalização, e suas relações de poder, como a divisão de sujeitos entre sãos e loucos, delinquentes e cidadãos, entre outras, e, em seus últimos estudos, a questão que o norteava era o modo como os seres humanos tornam-se sujeitos e o denominou como os “processos ou modos de subjetivação”. Nesse sentido, afirmou que, de forma geral, existem três tipos de lutas: 1) contra as formas de *dominação*, cuja Idade Feudal é a maior referência no que tange às dominações raciais, religiosas, sociais; 2) contra as formas de *exploração*, cujo grande exemplo são as lutas que visavam mudanças nas formas estatais e de propriedade privada, já que separavam o indivíduo daquilo que produz por meio do seu trabalho; 3) lutas contra a *sujeição* ou contra as formas de subjetivação. Essa última é, segundo o autor, a forma de luta da contemporaneidade.

A palavra *sujeito* deriva etimologicamente² do latim *subjectus*, mesma procedência da palavra *sujeição*, liga-se a uma forma de poder que faz os seres humanos sujeitos: sujeitos a alguém e/ou sujeitos à sua própria identidade, uma interioridade que o *sujeito* ocidental moderno se vê submetido a (auto)conhecer e (re)conhecer por uma série de mecanismos e técnicas que Foucault, em seus últimos escritos, se debruçou a analisar.

² O substantivo sujeito e o verbo sujeitar derivam “do Latim *SUBJECTUS*, participio passado de *SUBICERE*, ‘colocar sob, abaixo de’, formado por *SUB-*, ‘sob’, mais a forma combinante de *JACERE*, ‘lançar, atirar.’” Disponível em <http://origemdapalavra.com.br/palavras/sujeito/> - acesso em 20/10/2013. No mesmo sentido a etimologia da palavra sujeito presente no Dicionário Houaiss: “*Sujeito* provém do latim clássico *subjectus*, *a, um*, “colocado debaixo, em posição inferior”. Designava o escravo, o submisso, o vassalo, o subjogado”.



Não é sem razão, portanto, que Foucault nos diz que desde o princípio de seus escritos o que ele pretendia era pensar o sujeito, e não o poder. Reconhece que é verdade que gastou muito tempo pensando o poder. Mas o que o movia era justamente a necessidade de instrumentos que tornassem possíveis as análises das relações complexas e multifacetadas de poder entre as pessoas – chamamos de poder os mecanismos que se colocam em ação para determinar a conduta de outro(s) com quem se está em relação. Assim, a partir daí, seria possível analisar a subjetivação, ou construir uma história para pensar “o modo como os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231), sujeitos por controle ou dependência a alguém – relações de poder – e sujeito a uma interioridade inserida em relações ainda mais complexas com um “em si”, uma relação consigo em que o ser humano se reconhece como sujeito que, por fim, assegura o assujeitamento ou submissão aos outros, ainda que essa relação com os “outros” esteja imbricada em uma complexa interdependência, conforme veremos mais adiante. Parece-nos importante apontar que, até o fim da vida, Foucault buscava delinear as práticas de liberdade³ que acreditava que também se poderiam construir a partir dessa subjetivação.

Nesse sentido, uma importante contribuição que Foucault nos traz por meio de seus estudos é o pensamento sobre como o poder atua não apenas reprimindo – essa que até então era, de forma geral, a postulação dos estudos acerca do poder – e que o poder não é apenas uma instância que diz não, mas o poder produz, é produção de mundos e de relações complexas, assim como é um mecanismo de produção de subjetivação. É nesse sentido que podemos entender os escritos de Foucault quando ele diz que o poder, a partir do que caracteriza como Sociedade Disciplinar⁴, tem o carácter de “fazer viver”.

³ Foucault no desenrolar da construção de seu último projeto “A História da Sexualidade” muda o percurso que inicialmente pretendia desenvolver – uma história da sexualidade no ocidente contemporâneo – para pensar as práticas de liberdade e subjetivação no cuidado de si (epiméleia heutou) que analisou na Grécia Antiga. A nossa opinião era que assim ele buscava práticas de resistência ao assujeitamento desmensurado e práticas de liberdade que pudessem contar outras histórias. Não deixamos de considerar aqui que ademais de esta busca por práticas éticas de liberdade, Foucault intentava construir a história da relação de si e das formas através das quais “o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito” (Foucault, 2003, p.11).

⁴ Foucault propõe que o poder soberano, aquele anterior à época denominada de moderna na Europa, se manifestava no “direito de vida e morte” do soberano sobre seu súdito – um poder de causar a morte. Deixava-se viver e fazia-se morrer. O poder possuía um carácter negativo, se exercia, como disse Foucault (2005 a, p.128): “como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas; extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos.” Ao contrário do que se passou a partir da modernidade, quando temos o poder em seu carácter positivo, muito antes do que o negativo. Neste momento o poder tinha outras funções como “de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração, e de organização de forças(...) um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e ordená-las...” (Foucault, 2005 a, p.128) O poder agora tinha o carácter de “fazer viver”. Estas novas inter-relações sociais deram condições de possibilidade, como nos mostrou Foucault, a duas formas presentes nas sociedades modernas e contemporâneas: a disciplina e o biopoder. A disciplina, que já é perceptível em meados do século XVII se refere a uma acomodação dos mecanismos de poder sobre os corpos dos



Questionando em sintonia e refletindo a partir de Foucault, Judith Butler (2011) intenta traçar o caminho pelo qual a sujeição entrelaça o sujeito por meio do que ela denominou de “mecanismos psíquicos do poder”. A pergunta que faz e nos propõe é: como é possível a constituição do sujeito no mesmo processo de sua subjugação, ou, ainda, como um vínculo apaixonado por aquilo que o subjuga?

Para Butler (2011), a sujeição é o processo em que nos tornamos subordinados ao poder e ao mesmo tempo devemos sujeitos sociais. A constituição do sujeito se dá no mesmo processo de sua subordinação, ou seja, a própria formação do sujeito ocorre junto e mesmo depende da subordinação ao poder. É o paradoxo e a ambivalência da autonomia e da submissão. É aqui, portanto, que se mostra de suma importância a construção de Foucault, que torna possível pensar os mecanismos de poder não apenas vinculados aos mecanismos de repressão. Nesse sentido, Butler diz:

Como forma del poder, el sometimiento es paradójico. Una de las formas familiares y agónicas en que se manifiesta el poder consiste en ser dominado/a por un poder externo a uno/a. Descubrir, sin embargo, que lo que “uno/a” es, que la propia formación como sujeto, depende de algún modo de ese poder, es algo muy distinto. (BUTLER, 2011, p. 12)

Se, por um lado, pode nos parecer sufocante pensar o poder como constitutivo do que podemos vir a ser em uma dinâmica social, ou, dito em outras palavras, pensar o submetimento e a submissão como a maneira de devirmos *sujeitos*, por outro, pensar a interdependência social dos *seres urbanos* também nos parece uma maneira outra de pensar as relações sociais dentro de uma perspectiva mais generosa e potente. Inclusive porque a independência, a autonomia e o individualismo são ideias burguesas de surgimento recente e limitadas à concepção de indivíduo inteligível dentro do contexto social moderno e burguês do século XVII em diante.

É nesse sentido que a vinculação apaixonada pelo poder pode nos parecer mais interessante e menos cínica. Desde que nascemos a nossa dependência subjetiva é elementar – a partir do que entendemos como produção de subjetividade – porém, junto a isso, a nossa dependência também se refere a aspectos de necessidade e sobrevivência. Entretanto, se enganam aqueles que pensam que a interdependência das *pessoas sujeitas* termina com a sobrevivência e superação das necessidades

indivíduos, processo realizado por meio das instituições espalhadas na sociedade, como a família, a escola, o quartel, a indústria, o convento, e àqueles escapam a estas, o hospício ou a prisão. Isso para trabalhar nos corpos individual e localmente: hierarquias, submissão, regras, aumento da potência física, além da criação de um espaço para a produção dos saberes sobre humanos, ou como queiram chamar, ciências humanas. Por outro lado, e cerca de um século depois, no final do século XVIII, pode se verificar a preocupação e a tentativa de dar conta, da população e de seus processos de vida (biopoder), como o nascimento, a morte, a doença, e que procuram o equilíbrio global de uma massa humana. Relações de poder que se fazem presentes local e globalmente. Sendo a primeira uma tecnologia de treinamento e a segunda de previdência. Neste sentido ver Vicente, 2007.



das etapas primárias dos seres humanos. Diversas técnicas e tecnologias se compõem para que seja possível habitarmos os dias ao longo de nossas vidas. Técnicas que são repetidas cotidianamente de forma sucessiva e que para nós tomam aspectos de natureza, mas que dependem de técnicas criadas ao longo dos tempos e que, repetidas à exaustão, se inserem no modo coletivo de ser e estar no mundo.

Julio Cortázar (2001, p.21), com suas instigantes formas de nos fazer ver, nos propõe pensar alguns aspectos impensados de nossos dias como o trecho do texto a seguir:

Ninguém terá deixado de observar que frequentemente o chão se dobra de tal maneira que uma parte sobe em ângulo reto com o plano do chão, e logo a parte seguinte se coloca paralela a esse plano, para dar passagem a uma nova perpendicular, comportamento que se repete em espiral ou em linha quebrada até alturas extremamente variáveis. (...) As escadas se sobem de frente, pois de costas ou de lado tornam-se particularmente incômodas. A atitude natural consiste em manter-se em pé, os braços dependurados sem esforço, a cabeça erguida, embora não tanto que os olhos deixem de ver os degraus imediatamente superiores ao que se está pisando, a respiração lenta e regular. Para subir uma escada começa-se por levantar aquela parte do corpo situada em baixo à direita, quase sempre envolvida em couro ou camurça e que salvo algumas exceções cabe exatamente no degrau. Colocando no primeiro degrau essa parte, que para simplificar chamaremos pé, recolhe-se a parte correspondente do lado esquerdo (também chamada pé, mas que não se deve confundir com o pé já mencionado), e levando-a à altura do pé faz-se que ela continue até colocá-la no segundo degrau, com o que neste descansará o pé, e no primeiro descansará o pé. (Os primeiros degraus são os mais difíceis, até se adquirir a coordenação necessária. A coincidência de nomes entre o pé e o pé torna difícil a explicação. Deve-se ter um cuidado especial em não levantar ao mesmo tempo o pé e o pé).

Esse aspecto de natureza que a repetição da técnica nos apresenta é o que faz com que alguns modos de estar no mundo possam ser legítimos e inteligíveis, assim como ter um mundo mais facilmente manejável a seu dispor, o que se apresenta como uma noção de independência que eclipsa a interdependência de que somos parte. Toda a técnica de subir escadas é desenvolvida para *seres urbanos* que: tenham pés, movam os joelhos, movam a parte debaixo da cintura sem ajuda de outros instrumentos, tenham olhos e visão – ainda que esta seja com ajuda de instrumentos⁵. Subir escadas em uma segunda-feira ordinária não deixa esses seres, que possuem o biótipo adequado para tanto, perceberem que esse gesto se trata de uma fundamental interdependência que vai desde

⁵ Claro que é possível subir escadas, assim como ocupar a cidade e fazer dela um espaço de vida, ainda que não se esteja dentro desta normalização do corpo. Apenas pretendemos apontar como os espaços urbanos são plenos de técnicas de corpo que são coletivas, ainda que muitas vezes adaptadas e restritivas para o tipo específico de *corpos que importam*, excluindo-se os demais.



as regras estabelecias e interiorizadas de como subir degraus – mecanismo que nos causa estranhamento ao ver o delinear de tais regras em um manual literário como o que Cortázar nos apresenta – até a construção de escadas que depende de um trabalho em conjunto com regras matemáticas de engenharia civil, projetos e muito trabalho humano⁶.

Pensar a nossa interdependência enquanto corpos e enquanto subjetividades em produção pode também nos possibilitar uma maneira de pensar a nossa sujeição, entretanto, com outro viés. É nesse sentido que Butler (2006) vai problematizar as respostas midiáticas e estatais dos Estados Unidos após o fatídico 11 de setembro de 2001. O questionamento que ela nos traz e que pode nos servir para pensar aqui a produção de subjetividade é: como acontecimentos violentos como esse podem, além de gerar como única resposta a violência, nos fazer pensar sobre a vulnerabilidade que nos compõe enquanto coletivo. Como responder politicamente a um ato de violência que – no caso dos Estados Unidos em 2001 – lhes põem a mostra a sua vulnerabilidade enquanto seres sociais? “La herida ayuda a entender que hay otros afuera de quienes depende mi vida, gente que no conozco y que tal vez nunca conozca. Esta dependencia fundamental de un otro anónimo no es una condición de la que puedo deshacerme cuando quiero.” (BUTLER, 2006, p. 14) E, assim, construir uma relação mais ética com a vulnerabilidade que nos interconecta.

Nesse passo, concebemos que o poder não se mostra como algo externo que submete alguém, indo além, o poder é concernente à própria formação do sujeito, ou seja, faz parte do processo de subjetivação (FOUCAULT, 1995), conforme viemos traçando até aqui. Em virtude de sermos produzidos por meio de agenciamentos de enunciação, composição de partes interligadas por linhas tênues, o mecanismo que faz com que nos atemos a uma identidade é a repetição de normas e de técnicas, técnicas de si (FOUCAULT, 1994). É a reiteração desses mecanismos que viemos a chamar de sujeito. “Para que puedan persistir, las condiciones del poder han de ser reiteradas: el sujeto es precisamente el lugar de esta reiteración, que nunca es una repetición meramente mecánica” (BUTLER, 2011, p. 27.). E por não ser uma repetição mecânica, e sim por estar em meio a um jogo de possibilidades complexas nas quais estamos envolvidos, que tais repetições abrem espaço para resistências e, por que não?, invenção de mundos.

Se somos, portanto, lançados em um mundo pleno de técnicas reiteradas e se somos agenciados em uma subjetivação que nos torna sujeitos, porém, ao mesmo tempo, interdependentes, isso resulta da

⁶ A presente análise da interdependência e inteligibilidade de certos corpos para ocupar a cidade, assim como a exclusão de outros, foi feita em sintonia e inspiração no filme de Astra Taylor – *A vida examinada* (2008) em que temos um diálogo e um caminhar em conjunto de Judith Butler e Sunara Taylor.



naturalização de técnicas desenvolvidas que nos levam a ver-nos como corpos apartados – individuais – da rede de que somos parte, nos interessa agora pensar sobre tais técnicas de construção de si. Entretanto, faremos um recorte para o presente artigo. Pensaremos em como nos emaranhamos em técnicas e práticas que nos tornam sujeitos de gênero, como tomamos para o si uma identidade de gênero ou, falando de outro modo, como podemos pensar a separação entre homens e mulheres que se nos (im)põe e de que somos parte, *mas nunca chegamos a sê-lo*. Aqui escutamos as vozes dos questionamentos que Butler (2013) lança para Simone de Beauvoir, quando esta diz que “não se nasce mulher, chega-se a sê-lo.” Butler (2013), em seu livro *Problemas de gênero*, nos aponta como não se nasce mulher e tampouco se chega a sê-lo, já que a norma que provém da matriz heterossexual é um ideal inatingível.

A identidade, portanto, é um dos aspectos da produção de subjetividade, podemos dizer que é a maneira como essa se forma frente ao social como um registro do si apartado que nos age e interage. E o gênero é uma forma estilizada do corpo que construída *performativamente* em meio ao social, e reiterada, dá lugar a uma aparência de um “eu permanente marcado pelo gênero” (BUTLER, 2013, p.200). É, portanto, um aspecto da produção da identidade do sujeito a identidade de sexo e/ou de gênero.

“La identidad sexual no es la expresión instintiva de la verdad prediscursiva de la carne, sino un efecto de reinscripción de las prácticas de género en el cuerpo.” (PRECIADO, 2011, p. 21)

Sujeição e identidade: ‘a sujeita’ performativamente engendrada

Sente-se em uma cadeira reta. Cruze suas pernas na altura dos tornozelos e mantenha seus joelhos pressionados um contra o outro. Tente fazer isso enquanto está conversando com alguém, mas tente o tempo todo manter seus joelhos fortemente pressionados um contra o outro... Corra uma certa distância, mantendo seus joelhos juntos. Você descobrirá que terá que dar passos curtos, altos... Ande por uma rua da cidade... Olhe, em direção reta, para a frente. Toda vez que um homem passar por você, desvie seu olhar e não mostre nenhuma expressão no rosto. (BORDO, *apud* ROSE, p. 174)

De lo que se trata, a través del aplanamiento del pecho y del abultamiento de la pelvis, es de modificar el eje corporal y el equilibrio que se establece entre los hombros, los brazos y las piernas. De este modo, el centro de gravedad corporal – que para las bio-mujeres está culturalmente situado en el pecho (lugar por excelencia de sexualización y centro de la mirada hetero-masculina) – se desplaza hasta la pelvis, las piernas se abren ligeramente, aumentando la distancia entre los dos pies, afirmando el apoyo doble del cuerpo. Se adquiere



así mayor estabilidad vertical, al tiempo que se amplía la posibilidad de movimiento libre del tronco y de extensión máxima de los brazos. (PRECIADO, 2008, p. 257.)

No caminho aberto pelos estudos do primeiro volume da *História da sexualidade*, de Michel Foucault (2005), em alguns espaços nas universidades estadunidenses e em alguns contextos franceses pós-estruturalistas e do encontro entre eles (MISKOLCI, 2009, p. 03), formulou-se o terreno para o que vem se constituindo como modo de pensar a construção da identidade voltada para a sexualidade no presente. Reconhece-se a importância da genealogia formulada por Foucault, mas também as limitações de suas análises para o âmbito dos estudos dos corpos marcados pelo gênero – estudos feministas – e sexualidades dissidentes – que viriam a *autodenominar-se*⁷ de estudos queer⁸. Judith Butler (2008, p.91) nos traz que um dos escândalos do primeiro volume da *História da sexualidade* é a noção de que nem sempre tivemos um sexo. Claro, o sexo existia como “um atributo, uma atividade, uma dimensão da vida humana”, mas um “escândalo particularmente moderno” nos traz o sexo enquanto uma identidade. “Os gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea” (BUTLER, 2013, p.199), uma vez que no presente a categoria “sexo” marca a identidade tornando *inteligíveis* – e, nesse sentido, delimitando o que é humano frente ao social – os seres viventes. Dentro desse viés de análise, basta observar qualquer formulário de identidade que sempre nos impõe os restritivos quadradinhos para assinalar o F □ ou M □. Feminino & Masculino. Inteligibilidade heteronormativa que pretende apagar os diversos *entre* que existem nesse binarismo que quer se passar como natureza e como a única possibilidade. “De hecho, el movimiento más sofisticado de las tecnologías consiste en presentarse a sí misma como ‘naturaleza’” (PRECIADO, 2011, p. 157).⁹

Não partiremos, portanto, do entendimento de que as pessoas e seus sexos/gêneros são desde o início dados e sim de que fazem parte de construções sociais: sofisticadas, reiteradas, políticas e sempre em tensão, em movimento. É com essa proposta que Judith Butler (2013) cria a conceituação de gênero enquanto performativo, questionando nesse ínterim o estatuto de natureza dado ao denominado sexo biológico.

⁷ Frisamos o termo autodenominar-se já que se trata de uma reapropriação de um insulto para que, em meio a violência que o produz, reutilizá-lo voltado para si, intentando produzir outros efeitos e materialidades potentes para os sujeitos que se auto-afirmam *queer*. Sobre essa estratégia nos ateremos mais adiante ao tratar do termo “vadias” e seu campo de lutas semióticas no Brasil.

⁸ Foi em uma conferência na Califórnia, em fevereiro 1990, que Teresa de Laurentis usa pela primeira vez o termo Teoria Queer (*Queer Theory*) para diferenciar seus estudos daqueles sociológicos a cerca de gays e lésbicas (MISKOLCI, 2009).

⁹ “De fato, o movimento mais sofisticado das tecnologias consiste em apresenta-se a si mesmas como ‘natureza’” (tradução livre).



Ficções políticas¹⁰. Essa nos parece a melhor forma de perceber e analisar as diferenças sexuais e as identidades *performativamente* construídas de sexo e gênero. Nesse sentido, as diferenças sexuais do corpo são uma invenção datada e podemos dizer que seu nascimento é recente. Acompanhamos as interessantes análises históricas de Thomas Laqueur (2001), que nos mostram como desde a antiguidade grega até o desenrolar do denominado renascimento na Europa, vigora a concepção *do modelo do sexo único*. Nesse não haveria diferença ontológica entre a mulher e o homem, a diferença era considerada apenas de grau, em que a mulher seria uma versão imperfeita do homem. Assim, podemos colocar em suspeita as certezas mais cotidianas que perpassam as vidas daqueles que, denominados por Preciado (2011) de biohomens e biomulheres heterossexuais, possuem pretensões de se colocarem como os personagens originais e legítimos do ser humano, rigidamente separados em sexo e gêneros binários. O prefixo “bio” vem para denominar os corpos que, desde que nascem, começam a ser construídos performativamente e invocados como femininos ou masculinos e que não passaram por intervenções hormonais, cirúrgicas e/ou estilísticas para se colocarem do outro lado da norma – corpos que assim denominaríamos de trans. Na militância transgênero do Brasil, vemos a aposta recorrente na terminologia cisgênero para se referir às pessoas que não fazem a transição ou não a desejam de alguma maneira. Segundo definição etimológica de Julia Serano (2013), *cis* se refere à algo que está “no mesmo lado de”, enquanto *trans* é o termo que se refere ao que cruza. Portanto, os transgêneros cruzariam a norma de gênero, enquanto os cisgêneros se manteriam na norma sexual e se identificariam com o sexo/gênero atribuído desde seu nascimento. Nos parece importante a criação e utilização dos termos (bio e/ou cis) para marcar que tanto *cis* quanto *trans* são construções sociais invocadas performativamente e que reiteradas tomam o aspecto de identidade do sujeito (ao)social. Não há nenhum vínculo à natureza em nenhuma das duas definições. O que existe são normas reiteradas nos corpos e diferenças que se produzem na reiteração.

Assim, podemos escutar as vozes de Monique Wittig (2010) que nos aponta como **a heterossexualidade**, para além de qualquer discussão sobre se individualmente se faz como uma opção ou uma orientação sexual, ou mesmo em nível de prazer sexual, constrói-se como **um regime político** que se insere em um contrato heterossexual, referência que faz ao contrato social de autores Iluministas como Rousseau e Hobbes. Contrato Social a que as mulheres se veem excluídas, apenas

¹⁰ *Ficções políticas vivas*, conforme nos traz Paul B. Preciado (2015) em muitas de suas falas, já que se tratam de corpos que são construídos performativamente e semioticamente – uma vez que a materialidade discursiva enlaçada às relações de poder (FOUCAULT, 2005d) também nos faz rir, faz falar, faz viver, e também adoecer ou morrer. Entretanto, corpos vivos que possuem uma materialidade que não podemos conceber plenamente por meio da linguagem, mas que se refere à vida e que também se refere à morte. Nesse sentido, ver Butler (2002).



se apresentando enquanto objeto de valor e de troca que, segundo Levi-Strauss, são (*apud* WITTIG, 2010, p. 69), “estes objectos de valor [as mulheres] que hacen la vida digna de ser vivida”. Muito clara se nos mostra a aposta de Wittig quando ela analisa o cinismo de teorias como a do mesmo Levi-Strauss quando esse analisa o que vem a denominar de o “intercâmbio de mulheres” que seria imprescindível para o funcionamento da sociedade. Cabe-nos perguntar a que sociedade ele se refere para nos por de acordo: fundamental para a construção da sociedade baseada no regime heterossexual. “La categoría de sexo es una categoría política que funda la sociedade enquanto heterosexual” (WITTIG, 2010, p. 26). Nesse sentido, com Wittig, apontamos, além da desnaturalização da própria categoria – ou identidade sexual como viemos denominando até aqui – também a desnaturalização das “obrigações matrimoniais”, como distraidamente se denominam no Brasil, que fazem com que metade da população desse país se veja obrigada – física e subjetivamente – a um trabalho não remunerado de procriação, com a forte intervenção homem-branco-estatal com a proibição e punição do aborto¹¹, além da criação destas proles quando nascidas – futuros trabalhadores para a sociedade capitalista – e do cuidado da casa patriarcal.

No contemporâneo mais imediato, podemos ainda perceber que as mulheres possuem outros trabalhos – e se pensamos em um contexto que não o branco-burguês, como é o caso da maior parte do Brasil, alongaremos esse “contemporâneo mais imediato” para “desde tempos longínquos” – muitas vezes precariamente remunerados, trabalhos esses que nos apresentam uma certa “libertação feminina”, mas também nos mostram uma subordinação ainda maior, já que os trabalhos não remunerados da concepção e procriação e trabalhos domésticos apenas se somam ao trabalho mal remunerado fora da *casa-grande*¹².

“A categoria de sexo não é nem invariável nem natural, mas sim um uso especificamente político da categoria da natureza, o qual serve aos propósitos da sexualidade reprodutora.” (BUTLER, 2013, p.164)

Performatividades de Gênero

Percibir por la primera vez, a los otros, a todos ellos, como efectos más o menos realistas de repeticiones performativas descodificables como masculinas o femeninas. (PRECIADO, 2008, p. 262)

¹¹ Cabe frisar aqui que isto se impõe principalmente para as mulheres que não tem condições financeiras de realizar o aborto em clínicas clandestinas. Ainda que obviamente a criminalização do ato imponha restrições a liberdade sobre o corpo de qualquer mulher.

¹² Remição irônica ao termo de Gilberto Freyre (2003) que faz uma leitura do Brasil colonial e das relações que se passam na casa-grande entre o patriarca e seus escravos – incluindo aqui a mulher branca – e as relações que se passam na senzala – lugar onde se alocam a maioria dos escravos negros inseridos diretamente no trabalho física e violentamente forçado.



Eu penso nas pessoas cujo gênero ou a sexualidade foram rejeitados, e eu gostaria de contribuir ao advento de um mundo onde elas possam respirar mais facilmente.

(BUTLER, 2015, s/p.)

E se o sexo foi destituído de sua autoridade biológica de natureza humana e, portanto, visto como inserido em meio a jogos de verdade e relações complexas de poder, como podemos entender o gênero que até então era identificado como a construção social e cultural do sexo que seria sua base fisiológica e natural?

Assim é que Judith Butler (2013), no intuito de problematizar as postulações dos estudos feministas que se apoiam na concepção de gênero para construir as suas reivindicações de igualdade e insubordinação ao patriarcado, nos traz questionamentos sobre a diferenciação entre sexo e gênero. Pressupor a existência de uma natureza (sexo) que é modificada pela cultura (gênero) é assegurar desde já a binaridade de ambos – crer que existem dois sexos (como nos faz crer a fisiologia) e mimeticamente dois gêneros. O deslocamento feito pela autora é o de escapar dos postulados científicas dados, questionando histórica e socialmente as relações que os perfazem e os efeitos dessa crença em uma verdade científica – em especial, no questionamento em tela – da construção biológica da diferença sexual.

Neste sentido Butler (2013, p. 25) diz:

E o que é afinal o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? Teria o sexo uma história? Possuiriam cada sexo uma história ou histórias diferentes? Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários fatos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma.

Nos parece importante observar ainda que o termo gênero não surge a partir das lutas feministas. Podemos dizer que o seu surgimento está muito mais atrelado às relações hegemônicas de poder.



Aqui podemos escutar as vozes de Foucault com Nietzsche apostando na genealogia para se desvaler das solenidades ocidentais da origem:

A história também ensina a rir das solenidades da origem. (...) gosta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhando da mão do criador (...). Mas o começo histórico é baixo. Não no sentido de modesto, ou de discreto como o passo da pomba, mas de derrisório, de irônico, próprio a desfazer todas as ênfases (FOUCAULT, 2001, p.18).

A começar pelo nome – John Money (em português: “João Dinheiro”) – foi quem primeiro utilizou o termo em 1947. Psicólogo infantil encarregado do tratamento/conversão de bebês intersexuais – estabilização daqueles corpos em um sexo inteligível e normatizado¹³ – Money estabelece com o conceito de gênero a possibilidade de utilizar a tecnologia para modificar, por meio de cirurgia, psicoterapia e/ou tratamento hormonal, para assim normatizar dentro do masculino ou feminino qualquer bebê até os dezoito meses, “a la rigidez del sexo del siglo XIX, John Money (...) va a oponer la plasticidad tecnológica del género” (PRECIADO, 2013, p. 82). Preciado (2013) nos mostra como na década de 1970¹⁴ o feminismo retoma o termo gênero para postular a construção social e cultural da diferença sexual. No entanto, mantém a naturalização do que se considera “sexo biológico”.

Atualizando os estudos históricos de Laqueur (2001), como uma aposta para o presente, e colocando tais naturalizações em xeque e as relações arbitrárias de poder que se perfazem a partir delas, Paul B. Preciado (2013) realiza o que denomina de um protocolo de intoxicação voluntária com aplicação de testosterona sintética no seu corpo etiquetado pelo discurso científico da medicina como pertencente ao “natural sexo feminino”.

A testosterona é considerada pela medicina hormonal contemporânea como o hormônio masculino por excelência. Ainda que esteja estabelecido – por essa mesma ciência – que tanto o corpo considerado feminino quanto o considerado masculino produzem testosterona – em quantidades diferentes – foi estabelecido que esse era o hormônio base da masculinidade enquanto o estrogênio e a progesterona eram a base da feminilidade. Tanto o é que a aplicação da testosterona é proibida

¹³ O cinema argentino de Lucía Puenzo nos traz Alex, um@ adolescente intersexual cujos pais preferem estar ao lado da criança queer – aqui faço referência ao texto de Beatriz Preciado (2013b) – ao invés de defender as normas sexuais e de gênero, e a levam para viver na Patagônia sem submetê-la a intervenções cirúrgicas e hormonais para que el@ possa decidir o que fazer com o seu corpo, gênero e sexualidade. Alex foge de Money. O filme tem como título XXY, fazendo um jogo com os caracteres que costumam definir de modo breve o feminino (XX) e o masculino (XY). XXY, 2007.

¹⁴ Preciado (2013, p. 82) nos mostra como um dos primeiros textos nos quais esta diferença aparece tematizada desta maneira é o de Ann Oakley, *Sex, gender and society* (Temple Smith, Londres, 1972).



socialmente para mulheres¹⁵. Apenas nos casos dos trans-homens institucionalmente considerados patológicos pelos órgãos estatais (o que as normativas de tais órgãos chamam lamentável e pejorativamente de disfunção de gênero) é que seria possível a aplicação hormonal regulada para a transexualização – também protocolizada e regulada – e normalizada pelo Estado.

Em via oposta a tais postulações, Paul B. Preciado (2013) inicia, por meio do que chama de *copyleft*¹⁶, uma experimentação em seu corpo e em seus afetos da testosterona em gel – testogel, registrada e narrada em sua obra *Testo Yonqui*. *Copyleft* uma vez que elx não se submete aos protocolos estatais de mudança de sexo pelos quais devem passar @s *trans* nas quais são aplicados hormônios segundo indicações psiquiátricas e legais. Preciado (2013) se coloca ao lado do que alegremente denomina de “piratas do gênero” e entende que as inovações biotecnológicas e as possibilidades que elas trazem não devem ficar a cargo e ao crivo dos órgãos estatais e das indústrias farmacêuticas, ou melhor, farmacopornográficas como elx se refere. “Somos usuários *copyleft*: es decir, consideramos las hormonas sexuales como biocódigos libres y abiertos cuyo uso no deve estar regulado ni por el Estado ni confiscado por las compañías farmacêuticas.” (PRECIADO, 2013, p.47)¹⁷

Entoar concepções da natureza humana *cientificamente comprovadas* por estudos branco-cientistas e postular assim uma essência e verdade humana a ser descoberta é uma maneira de desconsiderar as diversas possibilidades ficcionais de que o mundo é feito. Em outras palavras, como há já algum tempo nos trazia Foucault (1987): toda relação de saber é permeada por e entrelaçada a relações de poder, a ponto de ser mais interessante nos referirmos a relações de poder/saber. Nesse sentido, desconsideramos a ciência como a porta-voz da verdade e apostamos em construções de verdades-provisórias e localizadas, saberes situados (HARAWAY, 1995) e sempre em tensão, mas que possuem materialidade – ficções políticas vivas (PRECIADO, 2015) – e produzem efeitos nos e entre os corpos. Construções múltiplas de verdades que servem a interesses múltiplos e instáveis. É nesse sentido que questionamos as concepções de sexo e gênero que permeiam nossas relações

¹⁵ Atualmente temos, ainda de forma incipiente, a iniciativa médica em receitar a aplicação de testosterona como reposição hormonal para mulheres na menopausa que se queixem de falta de libido e depressão. Sobre o assunto podemos acompanhar algumas matérias publicadas: <http://www.citen.com.br/endocrinologia/uso-de-hormonios-masculinos-em-mulheres.aspx>.

Preciado (2013) propõe o papel da ingestão das pílulas anticoncepcionais que aumentam o nível de progesterona e estrogênio e diminuem a produção de testosterona pelos ovários, como uma causa importante de tais perdas recorrentes da libido pelas mulheres, em especial na idade da menopausa, assim como os processos depressivos recorrentes nesta mesma fase.

¹⁶ *Copyleft* é uma forma de difusão e distribuição de obras que se liberta das licenças e barreiras da legislação dos Direitos Autorais que prevê o *copyright*. Este é definido como os direitos intelectuais econômicos sobre as obras literárias, artísticas ou científicas.

¹⁷ Em tradução livre: “Somos usuários *copyleft*: é dizer, consideramos os hormônios sexuais como biocódigos livres e abertos cujo uso não deve estar regulado nem pelo Estado nem confiscado pelas companhias farmacêuticas.” (tradução livre)



científicas, médicas, estatais, midiáticas, familiares, sociais e acompanhamos e construímos outras possibilidades de pensar nossas produções de subjetividade.

É assim, pois, que agora nos propomos a acompanhar a construção do conceito de performatividade de gênero, para entender o seu funcionamento e a abertura de possibilidades para o pensamento e para a vida que ele nos traz.

O performativo

Vamos marcar o ponto de surgimento dessa história na Universidade de Harvard. Um marco de início curioso. J.L. Austin, como se apresenta em seus livros, é um professor de filosofia analítica de Oxford que participou do Serviço de Informações do Exército britânico durante a Segunda Guerra Mundial (AUSTIN, 1990). Suas análises, que propõem a linguagem enquanto atos performativos, são desenvolvidas em doze conferências realizadas em Harvard em 1955, as quais denominou de *Conferências William James*, que, de forma surpreendentemente clara e como ele mesmo se refere “óbvia”¹⁸ – mas que nenhum filósofo que ele conhecesse a havia apontado – pretendem nos fazer ver a constatação de que existem determinadas sentenças que não descrevem nada, não se prestam a representar por meio de palavras uma determinada situação que seria verdadeira ou falsa. Existem determinadas sentenças que de fato *fazem algo*. Possuem efeitos nos corpos inter-relacionados, ou seja, modificam um determinado estado de coisas. Para esse tipo de sentença, Austin cria o neologismo *performativo*, a partir do verbo em inglês *to perform* que se refere a fazer, executar, realizar algo, em contraposição ao *demonstrativo*, que seriam aquelas frases que descrevem uma situação.

Entrelaçando-se ao performativo, Judith Butler (2013) trilha um caminho longo, potente, ainda que por vezes hermético, para nos aportar instrumentos conceituais que nos abram outras possibilidades de pensar e lutar politicamente por relações de inteligibilidade sociais¹⁹ mais abertas, em que os

¹⁸ Chega a ser cômica a forma como ele inicia a primeira de suas conferências: “O que tenho a dizer não é difícil, nem polêmico. O único mérito que gostaria de reivindicar para esta exposição é o fato de ser verdadeira pelo menos em parte. O fenômeno a ser discutido é bastante difundido e óbvio, e não pode ter passado despercebido pelo menos em algumas instâncias. Entretanto, ainda não encontrei quem a ele tivesse se dedicado.” (AUSTIN, 1990, p. 21) Suas conferências são repletas de jogos e ironias, e isso se mostra desde seu início, uma vez que uma de suas postulações é a análise de que determinados proferimentos nada tem de verdadeiros ou falsos e sim que “fazem coisas com as palavras”.

¹⁹ Judith Butler, por diversas vezes, em seus trabalhos, se utiliza da palavra “inteligibilidade” para pensar a maneira como determinados corpos e suas performances são compreensíveis em meio ao social, enquanto outros não. Inteligível é aquele corpo que pode gerar empatia nos meios heteronormatizados, assim como, em meio às normalizações raciais e sociais diversas. Em última instância é aquele corpo que pode ser considerado humano, cuja morte é digna de luto e a perda pode ser chorada em meio ao social. Ou como, em outros termos, nos proporia Agamben, corpos que não são inteligíveis são vidas matáveis e insacrificáveis (não contém valor para o sacrifício) como o corpo do homo sacer, o



termos de exclusão e abjeção não se façam de tal forma presente nos corpos que recusem a matriz heterossexual que nos é imposta a todos. Para tanto, ela se utiliza do conceito do linguista Austin (1990) para tecer um entendimento de como os corpos e seus gestos são produzidos performativamente por atos rigidamente regulados, em uma *reiteração* constante, que se dá durante a vida das pessoas, mas que tem início antes mesmo de seus nascimentos²⁰, e que, insidiosamente, se perfazem como a natureza humana. Para agenciar com as conferências de Austin, Butler (2002) se alia aos pensamentos de Derrida (1971) e aos conceitos de citacionalidade e iterabilidade desenvolvidos nas análises que este apresenta acerca do performativo de Austin. Frisamos a palavra *reiteração* para demarcar a presença de Derrida nos escritos de Butler. Nesse sentido, o conceito de iterabilidade se refere à possibilidade de ser repetível, **reiterável**, independente dos destinatários ou mesmo do enunciador de uma escritura. É o prefixo *Iter* que vincula a repetição à alteridade, em que se frisa a possibilidade da diferença em toda a repetição, *iter* “vendría de *itara*, «otro» en sánscrito, y todo lo que sigue puede ser leído como la explotación de esta lógica que liga la repetición a la alteridad” (DERRIDA, 1971, p.9). É assim, portanto, que podemos pensar a performatividade reiterável do gênero não como um determinismo, ou uma prisão, mas sempre aberto às diferenças.

A linguagem não é apenas descritiva, ela é performativa. Ela produz o corpo que supostamente se presta a descrever, realiza o que diz nomear ao mesmo tempo em que descreve. Nesse sentido temos a já clássica postulação de Austin (1990) sobre a produção do corpo no casamento: “Quando digo, diante do juiz ou no altar, etc..., ‘aceito’, não estou relatando um casamento, estou me casando” (AUSTIN, 1990, p. 25)”. Nesse caso, quando se diz sim em um casamento, os noivos não estão de forma alguma a descrevê-lo, estão de fato se casando. E para que isso ocorra temos todo o arsenal de instituições e regras que fazem com que aquele ato de fala ‘– sim!’ possa fazer com que o corpo solteiro se torne um corpo casado com obrigações, privilégios e dívidas perante o outro cônjuge e perante o social. E isso assim se dá em virtude de o casamento ser uma cita – conforme

paradigma de suas genealogias. Conferir Butler (2002, 2006, 2011) e Agamben (2004). Nas palavras de Butler (2000, p. 154): “O sexo é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática de aquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural.”

²⁰ Ainda temos que considerar que atualmente este primário ritual performativo já não é mais efetivado no momento do nascimento d@ bebê, mas meses antes, quando a mãe se submete a uma ultrassonografia, agora tridimensional, que permite aos pais saírem do consultório com a primeira foto d@ bebê nas mãos. Assim, tal performatividade é proclamada a partir de um exame intrauterino. Categorização de gênero antes mesmo da completa formação do corpo. Para as mães – *bio-mulheres* como nos traz Preciado (2013) diferenciando-as das *trans-mulheres*, ambas produzidas performativamente – o mais frustrante é quando, por força da posição em que se encontra o bebê, a máquina de visão não pode enxergar o sexo, já que a antecipação de ser menino/ser menina vai definir a decoração do futuro quarto, o guarda-roupa, o nome, a referência linguística do artigo definido: “ele está mexendo”, “Ela me chutou” de modo já enquadrado e (*en*)*gendrado*. Sobre o tema do feto na “nova ordem mundial” conferir Haraway (2004), Terceira Parte, capítulo V: “Feto. El espéculo virtual en el Nuevo Orden Mundial.”



conceituação de Derrida (1972) – uma citação, em que os nubentes, o padre, e os diversos envolvidos repetem, reiteram uma série de normas concebidas no social. Nesse mesmo íterim o corpo terno do bebê, que nasce e é supostamente *descrito* pelo branco-médico como uma menina, é de fato *performativamente* produzido enquanto um corpo feminino²¹, que envolve-se no processo de tornar-se *sujeito* e, ainda bebê, *sujeito* às normas, institucionalizações, obrigações, direitos e privilégios que se perfazem ao sexo, gênero e raça a que a criança se encontra entrelaçada. Invocações performativas.

Claro deve estar, portanto, que esse processo de invocação performativa não depende da vontade de um deus ou de um médico ou de um deus-médico, e sim que se refere a um processo em que a *materialização*²² desses corpos é altamente regulada por “normas que têm a finalidade de assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual na formação daquilo que pode ser legitimamente considerado como um corpo viável” (BUTLER, 2000, p. 167). Essa materialização ou a materialidade desses corpos é o efeito mais produtivo do poder.

É nesse sentido que percebemos um importante aporte que nos traz o agenciamento que faz Butler (2002) com Derrida (1971), que é o de afastar tal *versão bíblica do performativo*, ou nas palavras da filósofa queer: “es decir, ‘hágase la luz!’ parecería que un fenómeno que se nombra cobra vida en virtud del poder de un sujeto o de su voluntad” (BUTLER, 2002, p.34). É assim ainda que, nesse mesmo movimento, é afastado o sujeito soberano com sua suposta intencionalidade e escolha na assunção de um sexo, que se daria em algum momento da vida. Esse corpo está imerso em uma historicidade normativa. Normas regidas por um ideal regulatório, no sentido que Foucault (2005) deu ao termo. No exemplo que trouxemos à baila, o performativo do médico que diz “é uma menina” se refere a uma citação, e é por conta da historicidade e da repetição presente nessa citação que a frase possui performatividade. Não se trata de um voluntarismo. É a citacionalidade, ou seja, processo que ocorre em virtude de uma série de convenções, rituais e reiterações de normas que estão além do sujeito, que não dependem de seu poder ou de sua vontade originária, mas sim é sempre derivado dessa reiteração de normas instituídas. Se trata, portanto, de uma “reformulação da performatividade como citacionalidade” (BUTLER, 2002, p.14). É necessária a historicidade para

²¹ De fato, jamais se chega a sê-lo. Aqui fazemos remissão à análise que Butler (2013) faz de Beauvoir e sua profética frase: “Não se nasce mulher, chega-se a sê-lo.” Preferiríamos: “Não se nasce mulher, nem chega-se a sê-lo”, em virtude de ser a norma heterossexual inatingível, que existe apenas no plano do performativo já que não há um referente fixo, nenhuma uma identidade de gênero por trás da sua expressão. O que existem são apenas performatividades de gênero.

²² Aqui nos remetemos à tradução do termo em inglês “*Matter*” que se mostra importante nas análises de Butler. *Matter*: em inglês possui a dupla significação explorada pela filósofa de “matéria, material” e de “importar, o que importa, o tem importância.” Duplo sentido que o português não abrange e por isso nos parece importante pontuar e ressaltar.



que um ato performativo possua seus efeitos, e é a dissimulação dela que faz com que a matriz heterossexual, o feminino & masculino, se dê como a “natureza humana”.

O corpo que nasce é, então, interpelado e acomodado por uma série de discursos performativos, é habitado pelas diversas construções performativas que se apresentam *no corpo*: furar a orelha, prender o cabelo, usar saia e vestido, cor-de-rosa, *no comportamento*: pernas fechadas, brincar de boneca, não falar palavrão, não correr, andar de pernas fechadas, chorar, *na arquitetura*: quartos separados, cor-de-rosa, xixi sentado, vaso e jamais mictório. Entre tantos outros. “Os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue. E ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso”. (BUTLER, 2000, p.160)

Ou ainda nos termos de Paul B. Preciado (2011, p. 119): a invocação, além de performativa, é próstética, já que produz corpo. “Hace cuerpos”. E corpos são feitos a partir de técnicas complexas de poder em meio a discursos, poder/saber.

Ou como nos diz Butler (2013, p. 59): “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.”

No fundo, Ana sempre tivera necessidade de sentir a raiz firme das coisas. E isso um lar perplexamente lhe dera. Por caminhos tortos, viera a cair num destino de mulher, com a surpresa de nele caber como se o tivesse inventado. O homem com quem casara era um homem verdadeiro, os filhos que tivera eram filhos verdadeiros. Sua juventude anterior parecia-lhe estranha como uma doença de vida. Dela havia aos poucos emergido para descobrir que também sem a felicidade se vivia...

Clarice Lispector (1998, p.41)²³

Referências

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. 5ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. *Inversões sexuais*. In Poder, normalização e violência. Incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

²³ Trecho retirado do conto *Amor*, de Clarice Lispector (1998), no qual a personagem Ana se encontrará com um cego mascando chicletes cuja visão a fará desatinadamente desnaturalizar o seu cômodo lugar de *bio-mulher* casada e mãe de família.



- _____. *Vidas precárias: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós. 2006.
- _____. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. 2ª edição. Buenos Aires: Paidós. 2002.
- _____. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In LOURO, Guacira Lopes (organizadora): *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.
- _____. *Violência de Estado, guerra, resistência: por una nueva política de la izquierda*. Madrid: Katz Editores, 2011.
- CORTÁZAR, Julio. *Histórias de cronópios e de famas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DERRIDA, Jacques. *Firma, acontecimiento, contexto*. Edición electronica de Escuela de Filosofia Universidad ARCIS. Disponível em www.philosophia.cl/, Acesso em 21 de fevereiro de 2015. 1971.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. Uma revisão do trabalho. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault*. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *As técnicas de si*. «Technologies of the self» Traduzido a partir de FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, Vol. IV, pp. 783-813, 1994.
- _____. *Resumo dos Cursos do Collège de France: (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.
- _____. *Microfísica do poder: Nietzsche, a Genealogia e a História*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 2001, p.15-37.
- _____. *Vigiar e punir: a história da violência das prisões*. 24ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001b
- _____. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Estratégia, poder – saber; Omnes et singulatin: uma crítica da razão política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2005.
- _____. *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. O que são as luzes? 2ª ed*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 b.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005 c.
- _____. *A ordem do discurso*. 12ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005 d.
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. 2ª Ed. São Paulo: Martins fontes. 2006.
- _____. *Entrevistas*. São Paulo: Graal, 2006 b.
- _____. *A vida dos homens infames*. In: *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2003.
- GUATTARI, Felix. ROLNIK Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34. 2006.
- _____. *As três ecologias*. 11ª edição. Campinas: Papirus. 2001.
- _____. *A revolução molecular. Pulsões políticas do desejo*. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense. 1985.



HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. In: *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. *Testigo Modesto@Segundo Milenio.HombreHembrac_Conoce_Oncoraton: feminismo y tecnologia*. Barcelona: UOC. 2004.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. 5, 1995.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*. Relume Durumá: Rio de Janeiro, 2001.

LISPECTOR, Clarice. Amor. In *Laços de família*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun, 2009, p. 150-182.

PRECIADO, Paul B. *Testo yonqui*. Barcelona: Espasa Libros, 2013.

_____. *Manifiesto contrasexual*. 2ª Ed. Barcelona: Anagrama, 2011.

PRINS, Baukje e MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2002, vol.10, n.1, pp. 155-167.

ROSE, Nicholas. Inventando nossos eus. In *Nunca fomos humanos: nos rastros dos sujeitos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SERANO, Julia. *Whippinggirl*. Disponível em <http://www.juliaserano.com/whippinggirl.html>. Acesso em 28/01/2015.

VICENTE, Laila Maria Domith. *PEC's: Propostas de Emenda à Constituição ou Processos de Exclusão e Criminalização?* Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Estudos da Subjetividade – UFF, 2007.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. 2ª edición, Barcelona: Egales, 2010.

Referências de filmes

XXY. PUENZO, Lucía. (Direção). País de origem: Argentina. Tempo de duração: 91 minutos, 2008.

